



Quem paga pela conservação ambiental?

Flávia Domingos Pacheco

O crescimento econômico, no Brasil e no Mundo, está associado à exploração dos recursos naturais e à produção de poluentes que - infelizmente - tem causado mudanças significativas nos ambientes naturais. A evolução da produção tem resultado em impactos ambientais e as suas consequências são bastante visíveis atualmente. E, por diversas razões, a reversão dos danos e a conservação da vegetação natural tem sido difícil.

Em face da necessidade de implantar alternativas que incentivem a conservação e beneficie os produtores, surgiu a ideia de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Os Serviços Ambientais são provenientes do funcionamento equilibrado do ecossistema e incluem a biodiversidade, o sequestro de carbono, a regulação do clima, a oferta de água, entre outros. Eles dependem integralmente da correta manutenção do ambiente, promovidos paralelamente às atividades produtivas. O problema é que os Serviços Ambientais beneficiam toda a comunidade, mas os seus custos recaem sobre um pequeno número de produtores. Assim, a intenção do PSA é recompensar aqueles que contribuem para a produção dos Serviços Ambientais para incentivar e,

se possível, aumentar os benefícios.

No Estado de São Paulo, que passa por uma séria crise hídrica, há várias iniciativas de PSA. O Programa Mina D'água tem o objetivo de garantir o fornecimento de água em termos de qualidade e quantidade. O governo remunera aqueles que sacrificam a produção para manter áreas de vegetação nativa, em especial, nas margens de corpos d'água e nascentes. A cobertura preservada funciona como um filtro e, ao mesmo tempo, permite maior infiltração da água das chuvas no solo, pois as raízes aumentam os poros e impedem a compactação.

Em Minas Gerais existe um projeto inovador onde o PSA foi implantado na legislação municipal. Em 2005, o município de Extrema iniciou o Projeto Conservador das Águas (Lei Municipal nº 2.100) e é considerado referência neste tipo de iniciativa. O município assegura o pagamento às iniciativas de recuperação e preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e das Reservas Legais (RL). Além de proteger os recursos hídricos, ele contribui também com a conservação do solo e manutenção da biodiversidade.

A sociedade poderia se beneficiar com a difusão e o contínuo aprimoramento da ideia

de PSA. Apesar dos muitos problemas ambientais existentes, são inegáveis os avanços observados no Brasil. Na medida em que a população esteja cada vez mais integrada e participante nas discussões dessas questões, o interesse popular deve aumentar e o PSA pode ser incluso nas prioridades dos planos de governo.

O XII SIGA (Seminário para Interação em Gestão Ambiental) visa discutir esses e outros temas correlatos e será realizado nos dias 22 e 23/agosto, na ESALQ. Renomados especialistas, inclusive representantes de Extrema (MG) estão sendo convidados para diversas palestras e mesas redondas. Paralelamente, ocorrerá o IV SIGA Ciência com trabalhos científicos na área ambiental (inscrição até 12/Junho). Neste ano o tema é "Água: um recurso abundantemente escasso?" Contato e inscrição em: www.esiga.org.br; ou, e-mail para siga.esalq@gmail.com.

Flávia Domingos Pacheco - Graduada em Gestão Ambiental - Esalq/USP, técnica em Administração - ETEC Trajano Camargo e estagiária Propark Paisagismo e Ambiente - flavia.pacheco@usp.br. O texto tem a participação da comissão de organização do evento.